



ANAIIS DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICOS DO PARÁ

TOMO XIII



1983

Trchos de carta do Professor DAVID G. SWEET, da
Universidade de California, em 10 de maio de 1992,
enviada à Comissão de Documentação e Estudos de
Amazônia, autorizando a publicação em português do
seu opúsculo original em inglês, "FRANCISCA - IN-
DIAN SLAVE".

Prezado Professor,

Faz já quinze anos que trabalho sozinho neste projeto
de fazer alguma contribuição à história social da Amazônia ce-
lonial, ajudando até lástima de colegas por ter escolhido tanta
7. FRANCISCA ESCRAVA DA TERRA

... difícil de vencer pela leitura e que inibe a publicação. Não te-
nho disposto de recursos nem para recorrer à Amazônia à
primeira mão, nem para arcar as despesas nos arquivos portu-
gueses e parciais que co-
sustentei aqui com os meus ordenhems, a ilusão de poder
algum dia ajudar a fazer a história daquela fascinante região.
Comoveu-me muito o prólogo de A Expressão Amazônica de
Mário Souza, com a sua chamada à criação de uma histori-
grafia da região utilizável pelos habitantes dela.

David G. SWEET

Tradução de Mônica Macedo Assayag

... Aceito desde logo que seja publicado o meu ensaio na
revista projetada. Ajudo uma nova versão dele, baseado no tra-
balho de dois tradutores (oijo labor desejaria agradecer de ma-
neira muito especial), que corrigiu alguns erros, procura voltar ao
português original onde ele estava traduzindo traduções, e inclui
alguns polimentos posteriores do meu original.

... A Francisca que eu quis representar é notável precisa-
mente pelo seu pequeno triunfo sobre a condição humana de es-
cravo.

[*] SWEET, David G. Francisca e Indian slave, in: *Amazônia: um século de história*,
América, Los Angeles, University of California Press, 1991, p. 224 - 231.

V. FRANCISCA ESCRAVA DA TERRA

David G. SWETT
Tradução de Mônica Macedo Assis

Trechos da carta do Professor DAVID G. SWEET, da Universidade da Califórnia, em 10 de janeiro de 1982, enviada à Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia, autorizando a publicação em português do seu opúsculo original em inglês. "FRANCISCA : INDIAN SLAVE" *

Prezado Professor:

. . . Faz já quinze anos que trabalho sozinho neste projeto de fazer alguma contribuição à história social da Amazônia colonial, aguentando até lástima de colegas por ter escolhido tema tão "exotérico", e preso sempre de uma sensação de ignorância difícil de vencer pela leitura e que inibe a publicação. Não tenho disposto de recursos nem para reconhecer a Amazônia à primeira mão, nem para acabar as pesquisas nos arquivos portugueses e paraenses que comecei no ano de 1970. Mas sempre sustentei aqui com os meus microfilmes, a ilusão de poder algum dia ajudar a fazer a história daquela fascinante região. Comoveu-me muito o prólogo do *A Expressão Amazonense* do Márcio Souza, com a sua chamada à criação de uma historiografia da região utilizável pelos habitantes dela . . .

. . . Aceito desde logo que seja publicado o meu ensaio na revista projetada. Ajunto uma nova versão dele, baseado no trabalho da boa tradutora (cujo labor desejaria agradecer de maneira muito especial), que corrige alguns erros, procura voltar ao português original onde ela estava traduzindo traduções, e inclui alguns polimentos posteriores do meu original. . .

. . . A Francisca que eu quis representar é notável precisamente pelo seu pequeno triunfo sobre a condição humana de escravo.

(*) SWEET, David G. Francisca : indian slave. In : *Struggle and survival in colonial America*. Los Angeles, University of California Press, 1981. p. 274 - 291.

Trabalho de curso de Professor DAVID G. SWEET, da
Universidade de California, em 19 de janeiro de 1983,
enviado à Comissão de Documentação e Estudos da
Amazônia, autorizando a publicação em português do
seu documento original em inglês. "FRANCISCA: IN-
DIAN SLAVE"

Prezado Professor:

Faz já quinze anos que trabalho sozinho neste projeto
de fazer alguma contribuição à história social da Amazônia co-
lonial, estando até lástima de colegas por ter escolhido tema
tão "exótico", e preso sempre de uma sensação de ignorância
difícil de vencer pela leitura e que infelizmente a publicação não re-
nho disposto de recursos nem para reconhecer a Amazônia à
primeira mão, nem para acabar as pesquisas nos arquivos portu-
gueses e parenses que comeci no ano de 1970. Mas sempre
sustentei aqui com os meus microfilmes, a ilusão de poder
algum dia ajudar a fazer a história daquela fascinante região.
Comoveu-me muito o prólogo do A Expresso Amazônico do
Mário Souza, com a sua chamada à criação de um historio-
grafia da região utilizável pelos habitantes dela.

Acima desde logo que seja publicado o meu ensaio na
revista pretendida. Ajunto uma nova versão dele, baseado no tra-
balho de sua tradutora (cujo labor desejaria agradecer de ma-
neira muito especial), que corrigiu alguns erros, procura voltar ao
português original onde ela estava traduzindo traduções, e inclui
alguns comentários posteriores do meu original.

A Francisca que eu quis representar é notável principal-
mente pelo seu pedâneo triunfo sobre a condição humana de es-
cravidão.

1. D. G. SWEET, David G. Francisca: Indian slave in a struggle and survival in colonial
America. Los Angeles: University of California Press, 1981, p. 274 - 281.

FRANCISCA: ESCRAVA DA TERRA

Em 1739 Francisca, uma escrava índia da cidade de Belém do Pará, foi convencida por seu jovem amante Angélico de Barros Gonçalves, a solicitar às autoridades coloniais portuguesas a sua liberdade. O caso era baseado no fato de ela haver sido escravizada ilegalmente, muitos anos antes, no sertão amazonense. Com a ajuda do Procurador dos Índios em Belém, ela reuniu um número de testemunhas idôneas para provar aquela argumentação em audiência ante o Ouvidor Geral. A justiça pronunciou-se em seu favor, mas a proprietária de Francisca apelou o caso para a Junta das Missões, responsável pela supervisão da administração dos "índios domésticos" do Pará. No final, o litígio não teve sucesso e Francisca foi obrigada a permanecer escrava.

Este foi um caso excepcional de lei, pelo que se sabe até hoje. A maioria dos escravos índios, na Amazônia ou qualquer outro lugar na América Colonial, viviam vidas que eram tão restritas pela fome, ignorância, doença e severa disciplina, que eles não tinham nenhuma oportunidade para tais exercícios. Morriam em poucos meses ou anos de cativeiro; e para a maioria deles o esforço para melhoria de status social era tal vez inconcebível. Mas Francisca deve ter sido uma mulher mais tenaz do comum, e ela lutou.

A terra natal de Francisca estava a mais de mil e quinhentos quilômetros a oeste e acima do Amazonas de Belém do Pará, no vale do grande Rio Negro que serpenteia para baixo vindo da região fronteira de Brasil-Colômbia-Venezuela, para desaguar no Amazonas na moderna cidade de Manaus. O Rio Negro era chamado de "faminto" por exploradores e comerciantes coloniais, porque corria de solos tão grandemente lixiviados que carregavam muito pouco dos sedimentos que deveriam elevar e enriquecer as terras das margens durante a enchente anual. Nunca foi capaz de suportar uma população densa de pescadores e horticultores como a que já vivera nas proximidades dos rios transportadores de sedimentos que correm dos Andes para o Ama-

zonas. O povo de sua bacia vivia em grupos pequenos e grandemente dispersos, ou em grandes comunidades que subsistiram pelo comércio, algumas vezes importando parte de sua alimentação de lugares distantes. Foi o destino de Francisca nascer nesta terra sombria e num tempo de sofrimentos, e em vez de atingir a idade adulta na companhia pacífica da sua própria gente, ser desterrada e feita ficha nos jogos de homens estranhos.

Durante os séculos dezessete e começo do século dezoito, grande e poderosa tribo de comerciantes e guerreiros conhecida como "Manáo" errava pelo noroeste da Amazônia desde uma base situada ao longo dos limites médios do Negro. Quando vistos pela primeira vez pelos europeus, em mais ou menos 1640, e outra vez em 1690, a tribo Manáo parecia ser de guerreiros ferozes, temidos pelos seus vizinhos. Andavam completamente nus e conservavam suas cabeças depiladas — "a fim de que, diziam eles, nada tivessem que pudesse se agarrar na batalha". Suas testas, até às orelhas, eram pintadas com tinta preta para infundir terror nos corações de seus inimigos. Este era o povo com o qual Francisca teria de conviver em sua infância.

Durante as enchentes os Manáo abriam caminho rio abaixo em rápidas canoas de um só tronco através do labirinto de canais ligando o Negro ao também inundado, mas inmensamente fértil e populoso vale do Rio Solimões para o comércio. As mercadorias que traziam eram pequenas plaquetas de ouro para moldar em ornamentos, grades de mandioca, redes finamente tecidas de fibras de plantas, clavas de guerra, escudos de couro e quantidades de urucú, corante vermelho para roupa e rosto. Alguns eram produtos de seus próprios artesanatos; outros eram obtidos de parceiros comerciantes ao norte e oeste de seus lares. As tribos do Solimões supriam os comerciantes Manáo com certos colares de conchas valiosas, e provavelmente com mandioca, peixe defumado, cerâmica, cestaria, roupas de algodão e curare para envenenar as pontas das flexas.

No final do século dezessete, este modelo tradicional de comércio intertribal sofreu um processo rápido de mudança. Por

esta época os portugueses tinham se estabelecido, já por algumas décadas, numa série de povoados pequenos próximos à foz do Amazonas no Pará, e os holandeses, em colônias ainda menores, na foz do Rio Essequibo na costa do Caribe, ao norte da bacia do baixo Negro. Ambos os grupos de colonizadores europeus esforçavam-se para extrair fortunas do interior da floresta tropical. Eles cambiavam mercadorias europeas por produtos de floresta, como cacau, baunilha, salsaparrilha e certas cascas de árvores de cheiro suave que podiam ser substituídos por canela e cravo das Índias Orientais. Também acurralavam índios e índias e os escravizavam para servirem em trabalhos domésticos e agrícolas, e como tripulação nas canoas que serviam como único meio de transporte no interior distante.

Os holandeses estavam organizados como uma companhia comercial, preocupada exclusivamente com lucros e ansiosos para conservar no mínimo os compromissos em quanto a pessoal e defesa. Eles eram capazes de entregar grandes quantidades de mercadorias de boa qualidade, de maneira regular e a baixo custo aos seus agentes em Essequibo. Como consequência, recebiam pelo geral os seus índios escravos e produtos da floresta nos seus mesmos postos comerciais, levados por índios intermediários ávidos do comércio (principalmente os Caraíbas do baixo Orenoco), sem necessidade de se movimentarem para o interior. Outros povos comerciantes, em contacto com os holandeses, vagavam para a terra dos Manáos e transmitiam a estes tais inovações tecnológicas revolucionárias como o machado de aço, faca e cutelo, anzol, agulha, ponta de arpão ou de flecha de metal, armas de fogo, bebidas destiladas, contas de vidro magnificamente coloridos, e peças de roupas de lã ou algodão. Como todos os povos nativos americanos, os Manáo incorporavam esses artefatos, aparentemente úteis e sem maiores implicações do que a utilidade imediata, no seu meio de vida. Assim procedendo, tornaram-se com o tempo completamente dependentes do comércio com estrangeiros, que só eles podiam supri-los. Isto teve um impacto de longo alcance nas atividades comerciais

e posteriormente na organização social dos. Manáo, e no seu destino como povo. Logo começaram a permutar por escravos e não mais por artefatos com seus parceiros tradicionais de comércio ao oeste. Quando os escravos rareavam, eles faziam incursões em aldeas de outras tribos para capturar homens, mulheres e crianças para vender aos amigos dos holandeses. Entre os capturados neste processo inicial de desintegração social na região do Rio Negro, estava a menina Francisca.

Durante este mesmo período o português, menos organizado e menos unânime em propósito do que o holandês, tinha se estabelecido no Pará. Ele tinha erigido uma nova ordem social exploradora no solo americano, ao invés de somente um mecanismo para extrair produtos. Era obrigado a obter muitas de suas mercadorias, indispensáveis para o trato com os indígenas do país, a altos preços do holandês mesmo ou de outros fornecedores da Europa Setentrional e não de fabricantes portugueses; e assim operava em desvantagem competitiva muito séria. Mais numeroso do que o holandês, o português rapidamente demandou mais escravos da terra. Justamente por isso, não podia evitar o infestar mais e mais rapidamente aos seus vizinhos índios com as mesmas doenças epidêmicas devastadoras do Velho Mundo que haviam destruído os povos nativos em todas partes da América. O resultado foi que o português logo perdeu os seus colaboradores índios, aqueles que podiam esperar a assegurar a sua própria sobrevivência na continuação rio acima do comércio dos europeus. Os homens do Pará foram, portanto, obrigados ou a arrumarem-se a ir para casa, ou a apossarem-se do vasto vale amazônico e seus tesouros pela audácia e força bruta. Destemidos, partiram para a conquista.

Lá por 1690, estas duas fronteiras de expansão européia tinham se aproximado na terra de Francisca, no vale do baixo Rio Negro. Lá, os índios que comercializavam acima do Rio Branco com os holandeses de Essequibo, competiam com os portugueses e mestiços da fronteira que faziam comércio com os mercadores de Belém do Pará. Pela foz do Branco estava o povo

Carajaí, que parece terem feito comércio com mercadorias holandesas por escravos, ao igual que os Manáos que viviam acima do Negro para o oeste. Dos Carajaís, rio abaixo, estava o povo Tarumã, também comerciantes de longas distâncias, que trocavam mercadorias holandesas por escravos, ou simplesmente caçavam escravos ao longo do curso principal do Amazonas. No último quarto do século dezessete os Manáos guerrearam com os Carajaís e estes foram escravizados, vendidos ou forçados a migrar. Assim, os Manáos estenderam seu próprio território para baixo em direção à ilha de Timoní, justo acima da foz do Branco. Quase ao mesmo tempo o português de além-fronteira fez guerra com os Tarumãs, levando muitos deles para o Pará, forçando outros a se recuar para longe acima do Rio Branco, e providenciando "refugio" para os sobreviventes numa aldeia de missão Jesuíta, mais tarde dirigida pelos Carmelitas, que foi instalada para agasalhá-los no baixo Rio Negro. Não muito tempo depois, os portugueses erigiram um pequeno forte na foz do Rio Negro (predecessor da moderna cidade de Manaus), para proteger a missão, facilitar o comércio do sertão, e observar o movimento de seus novos vizinhos, os Manáos. Este avançamento para oeste pelos homens do Pará foi levado a cabo poucos anos antes do nascimento de Francisca e, como veremos, foi um grande fator determinante do curso de sua vida.

Missionários e soldados tinham sido enviados ostensivamente para o Negro como objeto de ajudar a fazê-lo uma região portuguesa e cristã, impedir o vínculo de comércio com os odiados holandeses e redirecionar inteiramente o comércio regional em produtos florestais e gente para o Pará. Devido às grandes distâncias e aos recursos limitados das autoridades em Belém, entretanto, nenhum deles pode ser supervisionado ou subsidiado de maneira regular. Ambos foram largados na prática à sua própria sorte. Para poder viver eles competiam com os Manáos como comerciantes Rio Branco acima com os holandeses, enquanto ao mesmo tempo tentavam canalizar o comércio dos Manáos em escravos trazidos dos limites superiores do Rio Negro,

para o Pará. Estavam muito dispostos para trocar produtos florestais por mercadorias holandesas; mas insistiam que nenhum escravo do Rio Negro devia abrir caminho para Essequibo. Isto, é claro, os tinha que levar à guerra contra os Manáos; porém, passariam anos antes de que o confronto aconteceu.

Antes que o forte do Rio Negro tivesse sido construído, um sargento português aventureiro, levado além da fronteira representada pela missão, estabeleceu-se como comerciante residente numa aldeia Manáo que ficava frente à foz do Rio Branco. O sargento fez amizade com o chefe, e lá desposou sua filha num esforço de consolidar a aliança. Os Manáos já tinham tido alguns encontros violentos com os homens do Pará, e mantinham profunda suspeita deles. Eles também tinham sido visitados por alguns dos "pagés" portugueses da missão, e tinham tido a ocasião de esclarecer a eles que, como soberanos espiritualmente poderosos da região do Rio Negro, não viam nenhuma razão em se interessarem pela religião do homem branco. Porém os Manáos eram um povo que vivia do comércio, e apesar dos seus chefes preferirem lidar indiretamente com os holandeses, não podiam resistir a oportunidade que o sargento e outros como ele representavam. Logo estavam trocando pequeno número de escravos, obtidos facilmente por incursões contra seus vizinhos mais fracos a oeste, por embarques ocasionais das estimadas mercadorias dos homens do Pará. O sargento foi somente o primeiro de uma série de cunhamenas, através dos quais esse comércio ocasional era conduzido durante o primeiro quarto do século dezoito.

O que os Manáos não entendiam, para sua grande desgraça, era que a exigência portuguesa por escravos, ao contrário da dos parceiros comerciais indígenas, era insaciável. Os homens brancos requeriam sempre mais escravos do que os Manáos podiam entregar sem destruir toda a rede regional de relações intertribais. Ao cabo de algum tempo, os homens do Pará perderiam a paciência e fariam guerra aos Manáos, escravizando um grande

número deles, para ganhar acesso direto ao populoso vale do Rio Negro superior.

Por 1730, o poder dos Manáos seria quebrado para sempre e os sobreviventes reduzidos a trabalhar como guias e canoeiros para os escravizadores portugueses. Um século mais tarde a tribo seria extinta. Mas nada disso pôde ser previsto quando Francisca era jovem e os imponentes Manáos seguiam sendo senhores do Rio Negro.

A infância e a adolescência de Francisca foram passadas na aldeia fronteira do chefe Amu, na ilha de Timoní no Negro. O nome pelo qual ela lá era conhecida não chegou ao nosso conhecimento. Sua mãe parece ter sido uma mulher capturada de outra tribo e incorporada aos serviços domésticos do chefe, ou como criada (se é que existia uma tal categoria social para os Manáos), ou como uma das esposas. Em qualquer dos casos, Francisca era propriedade do chefe Amu, e ele podia dispor dela como melhor lhe achesse. Ela pode ter nascido entre os Manáos, como ela alegou mais tarde, ou nascido noutra lugar qualquer da região e ser trazida para a aldeia de Timoní ainda pequena. É provável que a data do seu nascimento seja entre 1700 e 1705, uma vez que era adolescente "mocetona" quando foi levada para o Pará em 1718.

Na aldeia do Amu, Francisca deve ter vivido numa casa circular muito fresca e agradável, construída de troncos de árvores novas amarrados com cipós, com um teto cônico de folhas de palmeira. Ela dormia numa rede esticada perto das dos muitos outros membros de uma grande família. Apesar de estar restrita a algum tipo de situação subordinativa na aldeia, ela gozava sem dúvida de uma interação diária muito cômoda com crianças e adultos; e provavelmente nunca foi fustigada por adulto com raiva. Ela banhava-se uma ou duas vezes ao dia no rio. Em seu pescoço usava um amuleto feito com um pedaço de madeira ou a garra de um pássaro, designado para protegê-la dos demônios aterradores da floresta e do rio, e da pequena gente "motacu"

com seus pés virados para cima. Quando ainda jovem, ela aprendeu a cuidar da mandioca e milho da roça do chefe, a preparar peixe, caça e o beijú que os homens Manáo preferiam à farinha comida pela maioria dos povos amazônicos. Pela época de sua primeira menstruação, foi enrolada numa rede e pintada, e sua pele marcada com as cicatrizes distintivas do estado adulto. Todos os anos ela comparecia ao festival da lua cheia, em março, para o qual a aldeia preparava-se antecipadamente por meses, estocando mandioca e peixe defumado. Durante este festival, uma vez iniciada como mulher, ela juntava-se às outras para sofrer açoites com os braços cruzados sobre os seios, para demonstrar sua habilidade em resistir a dor.

Enquanto Francisca crescia no Rio Negro, os serviços domésticos e de plantio do Pará sofriam carência crônica de trabalhadores. As centenas de índios trazidos cada ano como escravos durante um século, tinham falhado em reproduzir-se. Tendem a morrer rapidamente de doença, fome e desânimo geral com a vida de trabalhos forçados. Todas as vezes que havia uma epidemia séria, a economia colonial experimentava uma crise real de carência de trabalhadores. Braceiros, canoeiros e empregados domésticos podiam ser obtidos por empréstimo nas missões franciscanas e jesuítas próximas à capital; mas mesmo lá havia permanente escassez, e pelas mesmas razões. O resultado era que o acurralamento de índios no sertão tinha tornado-se uma das principais preocupações, ano após ano, dos colonizadores do Pará.

Cada ano várias dúzias de grandes canoas de vela, com tripulação forçada de índios, saiam de Belém para o vale superior do Amazonas para a colheita das "drogas preciosas do sertão" que constituíam a única exportação da colônia. Essas expedições tinham a prática de trazer tantos índios quanto era possível, comprados ou sequestrados, junto com os seus carregamentos de cravo ou cacão. Quando as tribos de rio acima cometiam algum ato de violência contra os homens brancos, aliás, tropas escravizadoras do governo eram enviadas contra elas como me-

dida de punição. Finalmente, depois de 1680, um sistema oficial para o recrutamento desta mão-de-obra escrava em épocas de paz tinha sido ideada pelo qual uma "tropa de resgate" foi equipada e enviada rio acima pela própria Fazenda Real quando considerava-se preciso. Cada tropa era acompanhada com um capelão Jesuíta que deveria providenciar para que nenhum índio fosse adquirido senão por meio de permuta com chefes amigos de mercadorias por prisioneiros legitimamente escravizados — é dizer, que tivessem sido tomados normalmente através de guerras intertribais. Este sistema prestava-se, è claro, ao abuso; mas requeria em princípio que cada escravo trazido rio abaixo estivesse acompanhado de um certificado de legítima escravização, emitido e assinado pelo Jesuíta. Qualquer escravo encontrado sem o dono possuir esse certificado era, teoricamente, uma pessoa livre.

Tais pessoas eram, de fato, raramente descobertas; e quando apareciam não se permitia nunca que voltassem para casa a gozar de sua liberdade. A escassez da mão de obra no Pará foi sempre crítica demais para permitir uma tal liberalidade. Os poucos que eram interceptados no seu caminho para os mercados de escravos, ou eram libertados como "forros" sob a custódia de um morador do Pará, ou eram colocados sob a jurisdição de uma das aldeias de missões próximas à capital — e então colocados em disponibilidade, numa base de rodízio, como trabalhadores assalariados dos colonizadores. As circunstâncias de vida para os trabalhadores assalariados e os escravos na colônia eram parecidas a ponto de não serem distinguíveis na prática; a lei que regulava o comércio de escravos era pouco observada; os índios continuavam a ser trazidos para Belém cada ano e retidos como cativos, seja o que fôr o sistema de recrutamento ou de certificação, até muito depois da abolição oficial da escravidão indígena em 1755.

Em setembro de 1717, estação em que os colectores de cacau viajavam, um capitão de canoa chamado Anacleto Ferreira recebeu uma quantidade de mercadoria de Dona Anna de Fon-

te, viúva (ou talvez ainda esposa, por esta época) do morador Nicolau da Costa de Belém. Ferreira estava pronto para ir ao sertão com uma canoa pertencente ao Capitão Manoel Goes do Pará; e assinou um recibo de 4 pacotes de contas brancas de vidro, 2 pacotes de contas azuis, 12 libras de tabaco, 12 libras de açúcar, 2 dúzias de louça, 2 dúzias de facas para caça e 6 peras de espingarda.

Esta era uma transação muito usada naquele tempo, que permitia aos moradores caseiros, e áqueles que eram pobres demais para poder equipar as suas próprias canoas, tomar parte no financiamento do comércio do sertão e obterem uma parte dos rendimentos. Neste caso, Dona Anna também ajudou a expedição influenciando ao seu tio José Velho de Azevedo, então capitão-mor e governador do Pará, para conseguir para Anacleto Ferreira a licença necessária para uma viagem de colheita de cacau ao sertão. Ela tinha razões para esperar que quando Ferreira voltasse trouxesse para ela uma valiosa carga de "drogas preciosas", ou ainda melhor, um embarque ilegal de escravos, equivalente ao valor do investimento e com uma boa margem de lucro.

Meses mais tarde aconteceu uma transação curiosa na aldeia do chefe Amu, na ilha de Timoní no Rio Negro. Num gesto que traduzisse suas intenções pacíficas para com os comerciantes de escravos do Pará, o chefe Manáo deu sua filha (mais tarde batizada de Rosaura) em "casamento" a Anacleto da Costa Rayol, um cabo de canoa visitante de Belém, que havia viajado à terra dos Manãos em companhia de Anacleto Ferreira. De acordo com vários testemunhos deste caso, que se reuniram mais de vinte anos depois no Pará, Amu então deu uma jovem, a nossa Francisca, ao mesmo comerciante de escravos como "companheira" ou criada de Rosaura. As expedições particulares para resgate de escravos. Como as de Ferreira e Rayol, eram ilegais. Não levavam capelão Jesuíta para entrevistar à moça, determinar as circunstâncias do seu captiveiro, e emitir o certificado requerido de escravidão legítimo. Se tivesse havido um capelão, ele bem

poderia ter descoberto que ela era "pessoa livre", e que podia ser transportada e posta a trabalhar no Pará, mas não podia ser retida como escrava. Daquele jeito, Francisca foi levada rio abaixo sem documentos. Aos olhos dos homens de além-fronteira do Pará, ela era tão escrava como qualquer outra índia que tivessem adquirido no sertão. Para o chefe Amu, e para ela própria é de supôr, a partir daquele momento de sua vida, ela era propriedade de Anacleto da Costa Rayol ou de qualquer outra pessoa para quem ele a doasse, desde o dia da transação até o dia de sua morte.

Pouco tempo depois, a grande canoa comandada por Anacleto da Costa Rayol foi carregada com uma turma de escravos e escravas e lançada ao rio para o Pará. Além do cabo, havia provavelmente uma dúzia de tripulantes à bordo, eles próprios recrutados escravos ou não voluntários das aldeias de missão. Esses homens eram mantidos em estreita obediência apesar da sua superioridade numérica, através de uma combinação de tratamento afáveis com ameaças, e com exemplos frequentes de punição física brutal para as infrações mais insignificantes. Suas famílias ficavam como reféns no Pará, e cada homem sabia muito bem que escapar equivaleria a atirar-se sózinho a sobreviver numa floresta desconhecida e inóspita, muitas jornadas longe de casa. A tripulação recebia uma ração minguada de farinha e peixe salgado, que eles engoliam apressadamente com água do rio nos breves intervalos de seus longos dias com as costas curvadas sobre os remos, suando ao sol. Durante a noite dormiam nos duros bancos das mesmas canoas; e só ocasionalmente era lhes dada a oportunidade de pescar, caçar e colher frutas da floresta com os quais restaurariam seus corpos exaustos. Esses homens falavam pouco, mas cantavam em uníssono quando trabalhavam, uma canção monótona que se misturava com o ritmo monótono de seu trabalho e parecia dar força a suas costas e braços doloridos. Francisca viajava sentada, sem movimento, na canoa enquanto ela deslizava no grande rio abaixo, dia após dia. Ela estava temerosa e não tinha idéia do que esperava por ela.

Deve ter desejado saber a língua geral da tripulação para perguntar sobre o que estava por vir.

Os escravos transportados estavam amarrados à canoa para evitar que escapassem. Os jovens fortes entre eles tinham suas mãos atadas para trás, em volta de troncos de árvore que os exauriam e dilaceravam suas carnes e, por conseguinte, desencorajava-os de tratar de se livrar. Os escravos eram alimentados ainda menos que a tripulação, e após muitos dias de fome e exposição às intempéries, diversos deles adoeciam ou ficavam à beira da morte. Os cabos de canoa no comércio oficial reclamavam que frequentemente perdiam um terço e até metade de um carregamento de escravos, durante a jornada de cinco ou seis semanas do Negro ao Pará. Os comerciantes particulares como Anacleto da Costa Rayol sofriam do mesmo mal. As mortes e os doentes críticos, entre escravos ou tripulantes, eram simplesmente abandonados nas praias ou atirados ao rio para servirem de alimento aos jacarés e ao onipresente urubú. Esses horrores do transporte de escravos para o Pará eram comparáveis àqueles da passagem dos africanos pelo Atlântico para a América; porém os escravos da Amazônia eram consideravelmente menos aptos a resistir. Francisca foi ofortunada em sobreviver a uma tal jornada.

No caminho parece que Anacleto da Costa Rayol vendeu Francisca ao companheiro Anacleto Ferreira, em troca de algumas das mercadorias de Dona Anna. Mais longe, rio abaixo, encontraram um amarrador de índios de São Luis de Maranhão chamado Estevão Cardoso, que estava voltando para casa com um carregamento também de escravos do Rio Negro. A canoa do Ferreira estava, nestas alturas, carente de tripulação; e portanto o cabo trocou a Francisca temporalmente com Cardoso, por um índio apto a remar. O negócio foi feito com o entendimento de que, no caminho a São Luis, o Cardoso entregaria a moça ao patrão de Ferreira, Manoel de Goes, em Belém. Este então a entregaria a Dona Anna de Fonte como pagamento parcial pela mercadoria que ela lhe havia suprido. Isto foi devida-

mente executado e num período de poucas semanas Francisca tinha começado o penoso processo de aclimatação como servente doméstica em Belém do Pará.

Francisca serviu na casa de Anna de Fonte por vinte anos antes de levar seu pedido de liberdade às autoridades. O que ela fez lá pode apenas ser imaginado. Sem dúvida, sua rotina diária incluía ajuda na trabalhosa preparação de alimentos com base em farinha de mandioca e das carnes, peixes e frutas obtíveis no mercado ao ar livre que funcionava perto do embarcadouro ao longo do rio. Ela deve ter passado boa parte do seu tempo lavando roupa para que sua ama e família estivessem apresentáveis no calor tropical. Com certeza, tornou-se profundamente envolvida na vida religiosa popular da capital, com sua pomposa ronda anual de festivais e procissões, e sua presença frequente e obrigatória a missa.

Pouco a pouco ela esqueceu sua língua Manáo e tornou-se fluente na geral Tupí da Amazônia, embora nunca teve nem oportunidade nem necessidade de aprender português. Ao contrário de sua dona e de outras damas "respeitáveis", ela era livre para ir e vir nas ruas durante as horas de folga e nos feriados, bem como manter seu círculo de amizade masculino e feminino, entre a população de livres e escravos, índios, pretos, mestiços e brancos pobres que constituíam a grande maioria dos habitantes da cidade. Durante o julgamento do seu pedido de liberdade, Francisca apareceu pessoalmente perante o Ouvidor, assim como todas as testemunhas de ambos os lados, a maioria homens. Mas a viúva Dona Anna de Fonte era muito decente para tais aparições públicas; e seu testemunho teve que ser tomado por um escrivão na privacidade de sua casa.

Talvez a parte mais notável da vida de Francisca, no Pará, tenha sido o simples fato de que, ao contrário de muitos outros escravos, ela tenha conseguido sobreviver lá por, no mínimo, duas décadas e retido algum espírito de afirmação própria e determinação no processo. Entre outras coisas, ela sobreviveu à terrível epidemia de varíola, que devastou a cidade em 1724 e

1725, estacionou a economia e levou a população às ruas em fúnebres processões de penitência. Muitos dos seus amigos devem ter morrido de morte horrível, com os corpos cobertos de pústulas fétidas que faziam parecer que estavam apodrecendo antes que a vida tivesse abandonado seus corpos. Francisca deve ter evitado a praga de alguma maneira; ela pode mesmo ter estado entre os afortunados que foram beneficiados com a experiência pioneira de inoculação (transferência de pus das bexigas dos doentes para incisões feitas nos braços dos sadios) levada a cabo por um frade carmelita da cidade, naquela ocasião. É mais provável que tenha contraído a doença e sobrevivido, talvez com o rosto desfigurado como muitos dos seus contemporâneos na América, Europa e outras partes, com as cicatrizes que eram a medalha de triunfo sobre o principal matador da época.

Alguma luz muito difusa é lançada sobre a vida de Francisca no Pará pelas testemunhas reunidas para deporem a favor ou contra, nas audiências que resultaram de seu processo pela liberdade em 1739, quando, quando estava beirando os quarenta anos.

Angélico de Barros Gonçalves, seu amante, era um alfaiate perito, uns dez anos mais novo, que parece ter sido o filho mestiço ou neto de um tal Angélico de Barros que havia servido um período como comandante da Fortaleza do Rio Negro, trinta anos atrás. Com a família ligada ao comércio de escravos, como quase todas as famílias importantes do Pará, parece ter preferido um estilo de vida urbano e menos aventureiro para ele. Angélico recordava ter ouvido do próprio Anacleto da Costa Rayol a estória de seu amante sendo entregue como uma mulher livre aos comerciantes de escravos, pelo chefe Amu. Mas deu-se pouco crédito ao testemunho do alfaiate por sere ele parte interessante em obter liberdade para sua concubina; ele que de fato havia solicitado ao governo, em seu próprio direito, a transferência de Francisca da casa de Dona Anna de Fonte não fazia muito tempo. Do mesmo modo pouca atenção foi dada ao companhei-

ro de casa e cunhado de Angélico, Manoel Dias, que dizia sob juramento ter ouvido a mesma estória da própria índia Rosaura. Inesplicavelmente Rosaura, ao que tudo indica estava viva em Belém à época do inquérito, não foi chamada para testemunhar. Desconsiderada foi também a contribuição de um português, testemunha voluntária, chamado Ignácio Caldeira Lisboa, que foi identificado como advogado de Francisca, interessado apenas em seus honorários.

Outra das principais testemunhas de Francisca era uma índia livre chamada Apolinária, de mais ou menos trinta anos de idade. Apolinária deu seu testemunho através de um intérprete, um velho capitão escravizador de índios de nome Diogo Pinto de Gaya, porque, ao igual que Francisca e a maioria dos outros habitantes do Estado de Maranhão e Grão-Pará, um século depois do estabelecimento do domínio português, ela era incapaz de fazer-se entender na língua dos conquistadores e sentia-se a vontade somente na língua geral. Apolinária asseverou que, aos dez anos de idade, desceu para o Pará com Francisca, vindas da mesma aldeia do chefe Amu e na mesma expedição de Anacleto da Costa Rayol. A sua foi também considerada uma testemunha de pouca credibilidade, entretanto, por ser Apolinária não somente uma "índia da terra, pobre, vil e infame", mas também uma prostituta — e como tal era vista como uma pessoa cujo testemunho podia ser facilmente comprado, que podia ser corrompida pelo interesse material o mais insignificante.

Os documentos não dão nenhuma contribuição para nosso entendimento dos termos "prostituta" e "concubina" na sociedade do início do século dezoito no Pará. Muitas escravas índias ou africanas do Pará eram colocadas no ofício de prostitutas por suas patroas, como fonte de lucro certo para um respeitável negócio familiar. Os termos podem muito bem ter sido usados pelo clero e oficialidade do dia para referir-se a padrões de comportamento sexual que não eram os prescritos pelos cânones do matrimônio cristão — cânones raramente observados de

maneira cabal entre os homens e mulheres das classes empobrecidas dos "vis e infames" na sociedade colonial.

Talvez a implicação mais notável desta coleção de testemunhos e comentários é que existia na pequena sociedade urbana do início do século dezoito do Pará, uma rede de amizade e apoio mútuo que devia unir uma índia escrava servente doméstica, uma índia livre prostituta, um alfaiate mestiço e outros, num esforço conjunto de desafiar o sistema e liberar um de seus membros do fardo da opressão. Não menos reveladora é a sugestão que no mundo real do Pará, as barreiras sociais criadas pela escravidão e discriminação racial oficial eram menos influentes em ordenar as relações sociais que os elos naturais de amizade.

Dona Anna de Fonte defendeu seus direitos de propriedade sobre Francisca, por chamar um número de cidadãos respeitadas, pessoas de seus quarenta anos ou mais velhas, e todas, exceto uma, brancas e lusoparlantes alfabetizadas, para afirmar que eles sabiam que a escrava tinha sido trazida em troca de um investimento em mercadorias de comércio de sua amiga Dona Anna com Anacleto Ferreira, e que por duas décadas tinha sido geralmente conhecida como uma escrava nos trabalhos domésticos da viúva. Nenhum deles era testemunha ocular dos eventos da ilha de Timoní, e diversos admitiam ter conseguido as informações da própria Dona Anna de Fonte. Porém, nenhuma dúvida foi levantada sobre a veracidade de seus testemunhos.

A mais extraordinária das testemunhas da viúva Fonte foi um escravo índio pertencente ao seu cunhado, um tal Clemente, que parece ter sido de algum modo induzido ao perjúrio por causa dela. Clemente insistia, através de um intérprete, que ele próprio era um *Manáo* e que lembrava-se da época em que seu tio, um chefe de nome *Mabiary*, havia capturado Francisca, ainda adolescente, de um de seus inimigos. Este então tinha entregado Francisca a outro chefe chamado *Exa* que, por sua vez, tinha negociado com *Estevão Cardoso do Maranhão*. De acordo com Clemente, Cardoso tinha, então trazido a Francisca direta-

mente para vendê-la no Pará. Apesar da falta de qualquer certificado de escravidão legítima, fato que ele justificou por não haver tropas de resgate no Negro naquela época da transação, Clemente opinou que Francisca devia ser considerada como escrava ao igual que todos os mais.

O caso de Francisca foi primeiramente ouvido pelo Ouvidor Geral do Pará, que considerou que a mulher devia ser reconhecida como pessoa livre. Isso devido ao fato de Dona Anna não ter podido exhibir um certificado de legítimo escravidão, e porque Francisca tinha sido trazida do sertão por pessoas sem licença para escravizar, mas somente para colher cacau.

A viúva Fonte, então, apelou à Junta das Missões, um órgão que consistia dos Prelados de todas as ordens religiosas estabelecidas no Pará, do Bispo e do Governador, e que tinha jurisdição final em assuntos que envolviam a administração dos índios. A Junta reverteu a decisão do Ouvidor sob a alegação de que as testemunhas de Francisca (e em particular Apolinária) não eram idôneas, e uma vez que Francisca tinha sido dada a Rayol como uma espécie de dote para acompanhar sua noiva, Rosaura, ela havia sido claramente considerada como escrava pelo chefe Amu. Expressando sua crença de que a justiça seria melhor servida pelo atendimento da verdade do que pelos detalhes confusos das provas reunidas no caso, os Prelados ordenaram que Francisca voltasse humildemente para o serviço de sua patroa. Depois que tudo foi feito e dito, ela não era mais do que uma escrava de resgate ordinária, comprada e entregue pelos comerciantes do Pará, das que estavam obrigadas, por costume, a trabalhar toda a sua vida para restituir o custo de sua compra.

Nada mais que isso pode agora ser conhecido sobre a vida de Francisca na sociedade escravista do Pará. E provável que em 1739 tinha os seus dias contados, uma vez que mais da metade da população do Pará estava para morrer na terrível epidemia de sarampo e bexigas que varreu a Amazônia de 1746 a 1749. Porém, embora possa parecer obscura a reflexão que captamos desta vida de mulher esquecida, ela é uma imagem que bem merece

um momento de atenção. Francisca pertencia ao que foi talvez o grupo humano mais desprezado, mais desumanizado e menos vigoroso que existiu na América colonial — a casta dos escravos da terra. A inteligência, imaginação, vitalidade, determinação e amor à vida que movimentavam pessoas como ela, raramente eram reconhecidos, pelo menos em documentos escritos, mesmo pelos seus contemporâneos. A gente como Francisca era pelo geral de vida curta e miserável, gente explorada sem misericórdia e rapidamente esquecida. Mas Francisca era uma sobrevivente, uma mulher que deixou sua marca nas vidas de alguns outros e que conseguia, em alguma medida, navegar pelo seu próprio roteiro. O resultado é que podemos hoje saber seu nome, tentar imaginar o tipo de ser humano que ela era, e através dela conhecer um pouco desde abaixo a sociedade em que viveu.

F O N T E S

Os documentos originais para conhecer a sociedade dos escravos indígenas do Pará na primeira metade do século dezoito são escassos em extremo. Os autos resultantes da petição de Francisca pertencem aos papéis tocantes ao escravidão dos índios do Pará que foram reunidos pelo Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado na década dos 1750; podem ser consultados na Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, Códice 642, ff. 100-142. Informação sobre o comércio de escravos da Amazônia e a sociedade colonial do Pará é tirada da minha tese inédita, "A Rich Realm of Nature Destroyed: The Central Amazon Valley, 1640-1750", apresentada na Universidade de Wisconsin, Estados Unidos, em 1974. As notas etnográficas sobre os Manáo provém de Alfred Métraux, "Tribes of the Middle and Upper Amazon," *Handbook of South American Indians* III (Washington, 1947), pp. 687-712, e da memória do missionário Samuel Fritz publicado em inglês por George Edmundson (Londres, 1922), e parcialmente em português por Rodolfo Garcia na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 81 (1917).